



Relator quer reduzir para 10% multa por demissão de doméstica

Famílias não têm a mesma condição das empresas para pagar 40% sobre o FGTS no caso de dispensa sem justa causa, alega Romero Jucá. Comissão mista criada para regulamentar questões da Constituição deve apresentar até o fim do mês proposta para redução de encargos

Os novos direitos trabalhistas de empregados domésticos devem receber regras para resolver pendências até o fim de abril, conforme anunciou ontem

Romero Jucá, relator de comissão mista. A multa de 10% sobre o FGTS nos casos de demissão sem justa causa era usada para todos os trabalhadores até 1988.

A contribuição das famílias empregadoras ao INSS também pode ser reduzida, de 12% para 8%. Mas haverá dois novos encargos: um para o FGTS, com alíquota de 8%,

e o seguro de acidente de trabalho, correspondente a 1% do salário. No total, passaria de R\$ 1.057 para R\$ 1.490 gasto anual de quem paga um salário mínimo à doméstica. **3**

Aprovados embaixadores na Colômbia e no Azerbaijão

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem, após sabatina, Maria Elisa Berenguer e Luiz Bento Alcázar para embaixadores do Brasil na Colômbia e no Azerbaijão, respectivamente. Os nomes ainda serão analisados em Plenário. **7**



Presidente da CRE, o senador Ricardo Ferraço (C) coordenou o debate com os diplomatas indicados pela Presidência da República

José Cruz/Agência Senado

PEC dos acordos internacionais deve ser votada quarta-feira 6

TV Senado apresenta na ABL Histórias de Acadêmicos 2

Cristovam lança livro e defende a federalização do ensino 2

Meia-entrada pode não valer para Copa e Olimpíadas 8



Marcos Oliveira/Agência Senado

Volta da CPMF é defendida em audiência pública

Conselho Nacional de Saúde argumenta que 80% da contribuição vinha do sistema financeiro e de grandes indústrias e que recursos fazem falta ao SUS. **8**

Para Maria do Socorro, do Conselho Nacional de Saúde, financiamento do setor deve considerar desigualdades regionais

Senadores querem fim de impasse em demarcação

Senadores vão pedir ao STF pressa na apreciação de recursos contra a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Parlamentares também querem resolver impasse na delimitação do Parque Nacional da Serra da Canastra. **4 e 5**

Procuradoria-Geral da República avalia que decisão do Supremo sobre a Raposa Serra do Sol reduziu o direito dos indígenas sobre as terras



Antonio Cruz/ABR

TV Senado apresenta na ABL série sobre acadêmicos

Em exibição desde 2012, os seis primeiros programas foram distribuídos a bibliotecas e instituições dedicadas ao estudo da literatura brasileira

A TV SENADO promoveu ontem, na sede da Academia Brasileira de Letras (ABL), no Rio de Janeiro, a apresentação do programa *Histórias de Acadêmicos*, que narra a trajetória literária e intelectual de membros da instituição em episódios mensais com uma hora de duração.

Durante o lançamento, foi exibido trailer da série, que já teve seis episódios produzidos e veiculados pela TV Senado. Houve ainda a entrega aos acadêmicos de uma caixa contendo os seis primeiros programas, presentes na grade de programação da emissora desde junho de 2012.

Para a acadêmica Nélida Piñon, a iniciativa da TV Senado traz aos brasileiros um pouco da obra e da história dos acadêmicos que pertencem a um mundo muitas vezes desconhecido do público.

Para o senador e acadêmico José Sarney, a iniciativa é importante porque revela ao público a vida e obra dos integrantes da ABL.

Bem-humorado, o escritor João Ubaldo Ribeiro, a ser



José Sarney (C) participa do lançamento durante o chá dos acadêmicos

retratado na série, disse esperar que a história de cada autor leve o público a rir mais do que chorar.

Lançamento

A estreia da série ocorreu com o programa *Cleonice Berardinelli — uma ponte sobre o Atlântico*, que abordou a obra e a vida da professora e acadêmica. O segundo episódio, *Antônio Carlos Secchin — a transgressão formal*, abordou a obra do poeta, ensaísta e crítico. No terceiro episódio, *José Sarney — o imaginário da história*, o poeta e prosador maranhense discorreu sobre a formação intelectual a partir da influência do pai até a aceitação da obra em países como a França e os Estados Unidos. Em 2012, foram exibidos

ainda os programas *Carlos Nejar — uma ventania no Pampa*; *Nélida Piñon — sensibilidade feita palavra*; e *Carlos Heitor Cony — diários da memória*.

O primeiro programa de 2013, *Lêdo Ivo — canções de farol e maresia*, dedicado ao poeta alagoano falecido em dezembro de 2012, foi exibido em 10 de fevereiro.

No mês seguinte estreou o programa *Eduardo Portella — sonhos de um tempo brasileiro*. No domingo, a TV Senado vai exibir o episódio *Ivan Junqueira — a solaridade do fim*.

Em agosto, a emissora transmitirá o programa dedicado ao escritor Ariano Suassuna.

O programa é dirigido por Maurício Melo.

Cristovam defende educação igualitária

No lançamento do livro *Educação é a Solução — é possível!*, ontem na Biblioteca do Senado, Cristovam Buarque (PDT-DF) declarou que o maior desafio do Brasil consiste em quebrar a “mentalidade escravocrata” que estabelece a desigualdade entre educação de ricos e pobres. O senador, que defende na obra a federalização da educação de base, comparou o “movimento educacionista” — tido por ele como necessário para o futuro do país — ao movimento abolicionista do século 19.

— Ficou na mente do Brasil, por mais de 300 anos, que era natural alguns serem escravos e alguns não serem escravos. A escravidão só começa a



Cristovam Buarque autografa livro em que defende federalização da educação

ser combatida quando se começa a colocar na mente dos brasileiros a ideia de que era injusto e indecente alguns serem escravos — lembrou, criticando a falta de preocupação com a riqueza intelectual dos brasileiros.

Cristovam acredita que a federalização supriria as grandes

desigualdades de renda entre os municípios brasileiros, além de proporcionar padrões mais elevados para as escolas.

Os conceitos do livro pautam seminário agendado para hoje no Interlegis, quando Cristovam debaterá com representantes de 25 estados por meio de videoconferência.

Sancionada isenção de taxas para vestibular

A presidente Dilma Rousseff sancionou na quarta-feira a Lei 12.799/2013, que estabelece regras gerais para a concessão de isenção das taxas de inscrição em processos seletivos de universidades federais. Pelo texto, deverão ser dispensados do pagamento os

candidatos que comprovarem, cumulativamente, ter renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e ter cursado o ensino médio em escola pública ou como bolsista integral de escola privada.

A isenção foi proposta pelo

deputado Fábio Souto (DEM-BA) no PL 176/2007 (PLC 62/2011 no Senado). Durante a tramitação no Senado, o texto foi modificado, passando a exigir do candidato a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais. As alterações foram rejeitadas pela Câmara.

Ana Amélia faz homenagem a Dornelles

Identificando-o como guru, Ana Amélia (PP-RS) homenageou ontem Francisco Dornelles (PP-RJ), novo presidente de honra do PP. Ela disse que, mesmo transferindo o comando do partido, Dornelles continuará sendo o inspirador.

— O legado de Dornelles é incalculavelmente alto e precioso. É esse patrimônio que ele deixa ao partido depois de comandá-lo com muita habilidade e competência.

Na convenção do PP, ontem de manhã no Auditório Petrônio Portella, assumiu a presidência da legenda o senador Ciro Nogueira (PI) e a vice-presidência, o deputado Mário Negromonte (BA). O PP tem 474 prefeitos, dos quais 134 estão no Rio Grande do Sul, e 4.927 vereadores. No Congresso, são 5 senadores e 44 deputados.

Ana Amélia ainda lamentou a perda de competitividade do Brasil, por conta da falta de estrutura. Como exemplo, disse que a produção de frangos nos Estados Unidos é mais barata que no Brasil.



Senadora lembra que Dornelles é agora presidente de honra do PP

Plenário aprova ampliação da composição da CCJ

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 24/2013, que aumenta para 27 o número de integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Gim (PTB-DF), autor da proposta, defendeu a ampliação em razão do crescimento da produção legislativa no Senado, quase sempre submetida ao exame daquele colegiado.

Gim argumentou que o aumento no número de membros igualará a CCJ às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE), compostas por 27 membros titulares e igual número de suplentes.

Ao apresentar voto favorável à medida, o relator e presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), assinalou a importância da incorporação de mais quatro senadores à comissão para a agilização dos trabalhos.

Formada atualmente por 23 parlamentares, a CCJ é responsável pela análise da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições que tramitam no Senado. Também emite parecer sobre matérias que tratam da perda de mandato de senador e da escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República, entre outras autoridades.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão destinada a discursos

9h A sessão plenária não deliberativa, sem votação de projetos, destina-se a pronunciamentos de senadores.

HOLOCAUSTO Palestra

10h Palestra sobre o Holocausto, com Samuel Rozenberg, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

CRE Validação de diploma estrangeiro

14h Audiência pública na Comissão de Relações Exteriores para analisar projeto sobre validação e reconhecimento automático de diplomas de cursos de instituições de ensino superior de reconhecida excelência acadêmica.

EDUCACÃO Seminário sobre federalização

14h/18h30 Seminário Federalização da Educação e videoconferência sobre o livro *Educação é a Solução — é possível!*, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Apresentar até o fim do mês um projeto sobre regras pendentes para empregados domésticos é meta da comissão mista criada para regulamentar questões da Constituição

Multa na demissão sem justa causa de doméstica pode cair para 10%

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) sugeriu ontem a redução de 40% para 10% da multa incidente sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no caso de demissão sem justa causa de empregados domésticos. A regulamentação da Emenda Constitucional 72/2013 é uma das primeiras tarefas da comissão mista encarregada de regulamentar dispositivos da Constituição, na qual Jucá é relator. Ele pretende apresentar até o fim do mês proposta de redução de encargos.

— No comércio e na indústria, há regras claras. Na relação doméstica, será mais difícil caracterizar o que é justa causa. Além disso, 40% de multa comprometem o orçamento familiar. Uma empresa faz previsão contábil, tem lucro e já pode se preparar para arcar com essa multa. A família, não — argumentou Jucá.

O relator advertiu ainda que, aliada ao seguro-desemprego, a multa de 40% poderia estimular demissões, gerando desequilíbrio no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

— Temos hoje 6% de taxa de



Ao lado do deputado Cândido Vaccarezza, Jucá (D) argumenta que famílias não têm as mesmas condições das empresas

desemprego, um índice baixíssimo. Todavia, o nível de pagamento de seguro-desemprego é crescente — afirmou.

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) lembrou que, de 1966 a 1988, a multa do FGTS para demissão arbitrária era de 10%, índice que aumentou para 40% depois da promulgação da Constituição de 1988.

— Trazer essa multa para o

patamar de 10% novamente seria bem razoável — disse.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), no entanto, pediu mais cautela. Na opinião dele, o FGTS, que é uma espécie de poupança para o trabalhador, já vem sendo corroído por uma política equivocada do governo federal.

— Não penso que é correto diminuir essa poupança que

fica à disposição dos trabalhadores. A ideia da poupança para os dias difíceis deve ser preservada. A multa de 40% em caso de despedida sem justa causa, por exemplo, protege o emprego de todos. Além disso, há outras instituições que não visam ao lucro cujos empregados também contam com a proteção dessa regra de 40% — afirmou Aloysio.

No total, valor dos gastos dos patrões deve aumentar

Levando-se em consideração a diminuição no recolhimento do INSS e a inclusão dos recolhimentos para FGTS e seguro contra acidentes, o patrão que hoje paga um salário mínimo à doméstica vai ter um aumento anual de R\$ 432,92, passando de R\$ 1.057,68 para R\$ 1.490,60.

O seguro por acidente de trabalho poderá ser fixado em 1% sobre o salário, em razão do baixo risco da atividade doméstica. Hoje varia de 1% a 3%, de acordo com o risco. Com a mudança, o recolhimento alcançará R\$ 6,78 por mês ou R\$ 81,36 anuais.

O deputado Carlos Sampaio mostrou-se preocupado com a questão das creches, uma vez que as mulheres são maioria entre os trabalhadores domésticos.

— A doméstica cuida dos filhos da patroa, mas esta não se preocupa com a educação dos filhos de sua empregada. As vagas têm que ser asseguradas.

Na reunião de instalação da comissão mista, na semana passada, Jucá destacou que a primeira tarefa está no centro de uma preocupação nacional, o emprego doméstico, mas que o trabalho da comissão é mais amplo.

— Estou levantando na Constituição todos os itens pendentes de regulamentação. Os pontos estão sendo divididos por grupo de ação, como social, saúde, educação e área trabalhista, para trazer na próxima reunião e dividir entre os parlamentares.

Contribuição das famílias ao INSS também seria menor

Jucá adiantou que vai propor a redução da contribuição patronal ao INSS dos atuais 12% para 8%. A contribuição do empregado, que hoje varia de 8% a 11% conforme a faixa salarial, poderá ser unificada em 8%.

Hoje o patrão que paga um salário mínimo (R\$ 678) à empregada deve recolher mensalmente R\$ 81,36. A

empregada, pela média salarial, normalmente recolhe R\$ 54,24. No total, são 135,60 ao mês, ou R\$ 1.762,80 ao ano.

Se as alíquotas forem fixadas em 8% para patrões e empregados, cada um passará a recolher R\$ 54,24 por mês, somando R\$ 108,48 ao mês ou R\$ 1.410,24 ao ano. Isso significa redução de R\$ 352,56 ao ano na contribuição

ao INSS, contando o 13º salário. Mas espera-se que o registro seja estimulado, gerando aumento da arrecadação.

Para o FGTS, a alíquota é de 8%, a exemplo dos demais trabalhadores. Ou seja, apesar de reduzir em R\$ 27,12 o recolhimento ao INSS, o patrão vai ter de recolher mensalmente mais R\$ 54,24 para o FGTS. Na

soma do ano, incluindo o 13º salário, o recolhimento para o FGTS chegará a R\$ 705,12.

O senador acrescentou que está adiantada a proposta de criação de uma guia de recolhimento única para facilitar os pagamentos a serem feitos pelos empregadores domésticos, incluindo FGTS, INSS e seguro de acidente de trabalho.

Wellington Dias apoia manutenção de juros baixos



Wellington Dias (PT-PI) apoiou as medidas do governo para combater a inflação e criticou setores que não acompanham a redução de juros.

O senador disse que alguns setores da mídia e da oposição torcem por juros altos. Atribuindo o aumento atual da inflação a uma oscilação típica de primeiro semestre, afirmou que o preço maior dos alimentos tem a ver com a safra fraca no Paraná, em São Paulo e no Nordeste. Ele lembrou também que em tempos recentes o Brasil tinha inflação de 84% ao mês.

Aloysio Nunes cobra medidas concretas do governo contra inflação

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) cobrou do governo “ações corajosas” contra a inflação. Ele lembrou que o IPCA acumulado dos últimos 12 meses, apurado pelo IBGE, chegou a 6,59% em março, ultrapassando o teto da meta inflacionária (6,5%). Para o senador, as medidas do governo são “precárias, tópicas, de curto prazo”, à exceção da redução das tarifas de energia.

— Vamos de desoneração em desoneração, sem atacar o problema da carga tributária. Isso gera mais incerteza no cenário econômico. Temos a sensação de um governo enxugando gelo — afirmou, sugerindo a contenção de gastos governamentais e reforma tributária.

Flexa comenta pesquisa do IBGE sobre alta de preços nas capitais



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comentou pesquisa do IBGE apontando Belém como a cidade com maior inflação nos últimos 12 meses: 9,1%, acima da meta anual de 6,5%. Ele citou a alta de 155% no preço da farinha de mandioca e 55% no do açaí.

— O governo pisou no tomate em relação à economia — ironizou, referindo-se ao reajuste de 150% no preço do produto.

Ele atribuiu a ameaça de volta da inflação à “incompetência” da área econômica e à “falta de estratégia” no setor de logística.

Vital defende aumento de remuneração nas Forças Armadas

Vital do Rêgo (PMDB-PB) lamentou a fuga de talentos nas Forças Armadas causada por baixos salários e pela demora na progressão da carreira. Ele convocou o Ministério da Defesa a encampar uma luta pela recomposição salarial dos militares.

Citando reportagem do *Correio Braziliense*, ele disse que o número de desistências mais que dobrou nos últimos dez anos.

— Entristece todos nós e talvez entristeça principalmente a ele [militar], porque seu amor à farda passa a ser menor que a necessidade de buscar na iniciativa privada mais qualidade de vida — comentou Vital.

Cristovam acusa Agnelo de gastar em estádio recursos da segurança

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, “tem se dedicado muito à segurança, mas apenas à dos turistas que virão assistir à Copa do Mundo”.

Ele informou que horas antes de seu discurso houve um tiroteio perto da Praça dos Três Poderes. Um segurança percebeu um roubo de carro. O ladrão reagiu e foi baleado.

— De janeiro para cá, foram 201 assassinatos — alertou. O senador afirmou que os recursos da educação, saúde e segurança estão sendo gastos em um estádio de 71 mil lugares, “numa cidade que ainda não tem futebol”, a um custo estimado de R\$ 1,5 bilhão.

Senadores querem decisão rápida no caso Raposa Serra do Sol

Parlamentares solicitaram reunião com o presidente do STF para pedir pressa na apreciação de embargos da Procuradoria-Geral da República que suspenderam acórdão sobre demarcação de terras indígenas

SENADORES PROTOCOLARAM UM pedido de reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, para solicitar a rápida apreciação dos embargos que suspenderam o acórdão de 2010 sobre a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. A informação foi dada ontem por Sérgio Souza (PMDB-PR) durante reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Segundo ele, a ideia da reunião foi fruto de uma reunião dos senadores de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul com representantes do governo.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) protocolou embargos ao acórdão do Supremo no caso da Raposa Serra do Sol por considerar que as condições impostas pela Corte na demarcação da reserva "ameaça a integridade" e reduziram o direito constitucional dos indígenas às terras. Como resultado dos embargos, o acórdão foi suspenso. Ao mesmo tempo, portaria da Advocacia-Geral da União (AGU) estabeleceu como nacionais os critérios definidos pelo Supremo para a demarcação da Raposa Serra do Sol. O impasse, portanto, acabou se espalhando pelo país.

Sérgio Souza alegou que, com a suspensão do acórdão, está havendo uma invasão de indígenas



Demarcação de terras indígenas, como a Raposa Serra do Sol, em Roraima, seria tema de audiência com o ministro da Justiça, que acabou adiada

nas regiões de fronteira.

— Há quase uma dezena de milhares de índios invadindo a região na fronteira com o Paraguai, especialmente na região de Guairá (PR) e Terra Roxa (PR). Ao ponto de alguns dizerem que a ideia é colocar nesses centros um índio para cada habitante, porque, se for para um confronto, eles teriam uma quantidade de pessoas muito maior — afirmou.

O senador disse que, com a publicação do acórdão após o julgamento dos embargos, todos os casos serão tratados da mesma maneira, em função da Portaria 303/2012 da AGU. Entre as limitações impostas pelo STF, está a liberação para

que o governo construa rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia e instalações militares dentro das aldeias, mesmo sem a autorização dos moradores indígenas. Outra limitação é a proibição de ampliar terras demarcadas.

Kátia Abreu (PSD-TO) criticou a Fundação Nacional do Índio (Funai) por, segundo ela, estimular a invasão de terras. Para a senadora, no julgamento do caso Raposa Serra do Sol, o STF apenas seguiu a Constituição.

Ministro da Justiça

O assunto dominou a reunião da CRA devido ao adiamento de audiência pública que ouviria,

no dia 18, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre demarcação de terras indígenas. O presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), afirmou que o motivo foi um erro de agendamento, já que na mesma data está prevista outra audiência.

Para Luiz Henrique (PMDB-SC), é urgente ouvir o ministro, pois há risco de conflitos.

— Nós tememos que ocorram conflitos. No caso de Santa Catarina, os agricultores que estão localizados em áreas reivindicadas pela Funai são filhos e netos daqueles que compraram legalmente aquelas terras. Estão lá produzindo e hoje estão ameaçados de perder

a sua propriedade — afirmou.

Os senadores aprovaram também um requerimento para que o Ministério da Agricultura, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), preste informações sobre a população indígena e áreas ocupadas.

Os senadores querem saber a dimensão da população e das áreas e quais terras indígenas serão inseridas em áreas rurais. Querem ainda dados sobre a produção agrícola dos índios, os sistemas produtivos e a inserção socioeconômica. Por fim, a Embrapa deverá informar sobre os conflitos envolvendo índios e produtores rurais.

Parlamentares visitam a Serra da Canastra

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) participa, com uma comitiva de deputados federais, de diligência, iniciada ontem e a ser encerrada hoje, no Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais. O objetivo do grupo é solucionar um impasse sobre a delimitação da área, que dura mais de 40 anos.

O senador é o relator na Comissão de Meio Ambiente do Senado de dois projetos da Câmara que tratam do assunto. O PLC 148/2010, que altera os limites do Parque Nacional da Serra da Canastra, passando a compor o mosaico de unidade de conservação da Serra da

Canastra, tramita em conjunto com o PLC 147/2010, que cria a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Canastra. Além do autor da PLC 147/2010, deputado Odair Cunha (PT-MG), e de Rollemberg, integram a comitiva os deputados Leonardo Monteiro (PT-MG), Penna (PV-SP), Antônio Roberto (PV-MG), Domingos Sávio (PSDB-MG) e Renato Andrade (PP-MG).

O grupo sobrevoará o Parque Nacional da Serra da Canastra e alguns pousos serão realizados



Wladimir Borges/Agência Senado

para os parlamentares conhecerem as comunidades, a preservação do local e os limites que o projeto de lei pretende alterar.

— Realizamos seis audiências públicas em dois dias. Ouvimos 2 mil pessoas, propusemos que toda a área fosse de proteção integral, com a diferença de que uma parte seria parque e a outra, monumento natural. Porém, a questão é complexa e precisamos reavaliar alguns pressupostos — informou o senador.



Parque Nacional da Serra da Canastra: parlamentares querem solução para impasse sobre delimitação, que já dura 40 anos

Julio Abreu

Comissão debaterá dívida de atingidos por estiagem

A renegociação das dívidas dos produtores rurais atingidos pela seca no Nordeste será tema de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O requerimento de debate, de Benedito de Lira (PP-AL), que preside a comissão, e Kátia Abreu (PSD-TO), foi aprovado ontem. A audiência será realizada em conjunto com a Câmara dos Deputados, no dia 7 de maio, às 14h30.

Na opinião de Benedito, em vez da renegociação de dívidas, deveria haver o estabelecimento de um teto para anistia.

— O pequeno agricultor familiar não tem como pagar, convivendo com o que está convivendo hoje, vivendo naquele ambiente de trabalho que oferece o Nordeste, o semiárido — explicou.

No início da reunião, o senador já havia tratado do tema, elogiando um pacote de medidas que a presidente da República, Dilma Rousseff, anunciou para combater a estiagem nordestina. Serão R\$ 32 bilhões em obras estruturantes para garantir o abastecimento de água por meio de barragens, canais, adutoras e estações

elevatórias. No entanto, enfatizou, é preciso lançar um programa de Estado para o semiárido brasileiro.

Outras audiências

A CRA aprovou requerimentos para mais três audiências públicas. No dia 9 de maio, serão abordados os impactos socioeconômicos da praga da ferrugem asiática sobre a cultura de soja brasileira.

Solicitada por Blairo Maggi (PR-MT), a audiência deve ouvir representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre a demora na liberação do uso de novos agrotóxicos para combater a praga.

As outras duas audiências, solicitadas por Acir Gurgacz (PDT-RO), vão acontecer em Rondônia. A primeira, na cidade de Jaru, em 10 de maio, debaterá a regularização fundiária em áreas urbanas e rurais. A segunda, em Espição do Oeste, no dia 21 de junho, vai avaliar a infraestrutura de escoamento de produtos agropecuários e a reconstrução da BR-364.

Para Benedito, só política de Estado traria soluções duradouras para a seca



Mirco Kuhn/Agência Senado



Ana Rita destaca cadastro ambiental de áreas rurais no ES

Ana Rita (PT-ES) celebrou, quarta-feira, a assinatura de acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e a organização Via Campesina, em Nova Venécia (ES), para a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O objetivo é auxiliar a regularização ambiental de propriedades rurais. A senadora frisou a importância da parceria para a agricultura familiar com sustentabilidade ambiental.



Souza: falta de metas públicas prejudica setor do etanol

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que a indefinição de metas públicas, a falta de regras claras e a ausência de um planejamento de longo prazo para o setor sucroalcooleiro são obstáculos para a ampliação de investimentos. Para ele, é essencial restaurar a competitividade do etanol e reconhecer os benefícios econômicos, sociais e ambientais dele. É preciso também, afirmou, um modelo racional e estratégico de precificação dos biocombustíveis.

Benedito cobra apoio do Congresso à piscicultura

Benedito de Lira (PP-AL) cobrou a participação do Congresso nas ações de incentivo ao setor pesqueiro, que emprega cerca de 1 milhão de trabalhadores. Além disso, disse, o Brasil dispõe de 3,7 milhões de quilômetros quadrados para a produção de peixes e frutos do mar, mas ocupa o 21º lugar no ranking mundial de produção, com 1,2 milhão de toneladas anuais, atrás de Vietnã, Tailândia, Mianmar, Taiwan e Islândia. O maior produtor é a China, com cerca de 57 milhões de toneladas. — Como esses países alcançaram esses resultados? Com capacitação, com incentivo e com tecnologia — afirmou.



Raupp anuncia criação da ZPE de Porto Velho

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a aprovação da proposta que cria a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Porto Velho, oriunda do PLS 351/2007, de autoria dele, aprovado em 2009. — É uma medida fundamental para o avanço da industrialização de Rondônia — disse. Segundo ele, a ZPE fará surgir um polo industrial capaz de gerar emprego de qualidade e renda digna para a população rondoniense.



Anibal comemora ampliação de silos graneleiros no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) registrou ontem a inauguração de um silo graneleiro no Acre, localizado no município de Capixaba. O silo faz parte do projeto de ampliação das unidades de secagem e armazenagem de grãos do estado. O senador informou que três novas granjas na região vão exigir cerca de 300 mil sacas de milho por ano, o equivalente a toda a produção atual do estado, e que o momento é propício para a produção no Acre.



Pinheiro ressalta parceria para concluir metrô de Salvador

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou a parceria fechada entre a Prefeitura de Salvador e o governo da Bahia para investimentos em mobilidade urbana na cidade. As obras do metrô serão retomadas em breve, disse. O acordo transfere o metrô para o estado. — Agora, podemos consertar esse erro de 13 anos — afirmou, acrescentando que o município não tem condição de custear a obra. Segundo ele, o acordo prevê ainda investimentos na ampliação de rodovias.



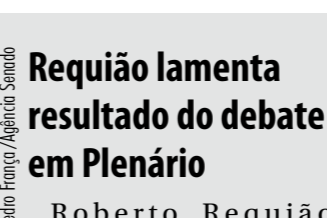
Cassol protesta contra "achismo" em acusação do MP

Ivo Cassol (PP-RO) classificou, em pronunciamento ontem, como mentirosa a ação em que o Ministério Público (MP) o acusa de dano ao erário por pagamento irregular de servidores na época em que governou Rondônia. Cassol destacou que defende a atuação do MP, mas rejeitou denúncias motivadas por "achismo": — Quem faz a denúncia tem que ter essa responsabilidade e, ao mesmo tempo, tem que responder por ela — protestou.



Requião lamenta resultado do debate em Plenário

Roberto Requião (PMDB-PR) lamentou, na quarta, a "não aprovação" pelo Plenário de emenda de José Sarney (PMDB-AP) ao projeto de lei que estabelece novas regras para repartição do Fundo de Participação dos Estados. A emenda propunha a prorrogação para 2015 da discussão dos critérios para distribuição, a partir de 2016, do excedente da renda. Na avaliação dele, a discussão do fundo deveria dar lugar ao debate de problemas como a "primarização da economia" ou a vinculação excessiva da balança comercial à exportação de commodities.



Eunício defende estados do Nordeste na votação do FPE

Eunício Oliveira (PMDB-CE) defendeu os interesses do Nordeste na votação dos destaques ao Fundo de Participação dos Estados (FPE). Ele considerou inaceitável qualquer emenda que prejudicasse a região. — Vivemos a pior seca em 50 anos. O Nordeste não merece ter repasses reduzidos em um momento tão difícil — afirmou. Ele votou a favor da emenda 27, de José Agripino (DEM-RN), favorável ao Nordeste.



Randolfe espera correções no projeto pela Câmara

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou ontem ter esperanças de que a Câmara corrija "injustiças" do projeto que redistribui o Fundo de Participação dos Estados, aprovado na quarta pelos senadores. Ele informou que ainda tramitam na Câmara pelo menos oito projetos sobre a partilha do fundo. — O substitutivo aprovado não levou em consideração muitos dos parâmetros que estavam apresentados — disse.



Jucá diz que é preciso acompanhar cálculos do IBGE

Após aprovação da proposta de partilha do FPE, Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou a importância de acompanhar, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o cálculo da renda per capita. Jucá explicou que o cálculo para o FPE e para o Fundo de Participação dos Municípios não está sendo feito corretamente pelo IBGE. De acordo com o senador, em Roraima, o cálculo é distorcido: enquanto o IBGE aponta para uma renda per capita de R\$ 14 mil, o Ministério do Desenvolvimento Social diz que 50% da população do estado vive com menos de meio salário mínimo.



Wilder sugere concessão de incentivos fiscais

Em pronunciamento na quarta, Wilder Moraes (DEM-GO) defendeu a concessão de incentivos fiscais, ressaltando que o mecanismo favoreceu o desenvolvimento dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Na opinião de Wilder, a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em 4%, em discussão no Congresso, é "um desastre" para o desenvolvimento das regiões.

PEC sobre tratados internacionais deve ser votada na quarta-feira

Autor da proposta, Luiz Henrique acatou o substitutivo de Jorge Viana, mas Pedro Taques se comprometeu a apresentar nova sugestão

PARA EVITAR NOVAS arguições de inconstitucionalidade à proposta de transferir da Câmara para a competência exclusiva do Senado a aprovação de tratados, acordos e atos internacionais, Luiz Henrique (PMDB-SC) acatou parecer substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) que fixa em seis meses o prazo para que a Câmara dos Deputados aprove tais processos. Caso contrário, os acordos deverão ser votados imediatamente em Plenário.

O substitutivo de Viana à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 35/2011 deverá ser votado na próxima semana na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. A votação ocorreria na última quarta-feira, mas foi adiada. A PEC encontrou resistência de Pedro Taques (PDT-MT), para quem o assunto deveria ser bicameral.

Luiz Henrique, autor da PEC, explicou que a proposta não retira do Legislativo a apreciação da matéria. Prevê, apenas, a aprovação somente pelo Senado — que representa a Federação e onde o processo é mais ágil. Disse que isso ocorre em muitos países, como nos Estados Unidos.

Ele voltou a alertar para “a indispensável aprovação de regras constitucionais mais modernas e compatíveis com



Luiz Henrique: processo é mais ágil no Senado, que representa a Federação

as exigências do século 21”. Ressaltou que a morosidade do complexo rito processual da Câmara — em média cinco anos até a ratificação — “desmoraliza o Brasil perante a comunidade internacional e pode inviabilizar a eficácia dos tratados, acordos e atos.”

— Embora assinada em 1998, a Convenção de Roterdã, que estabeleceu normas para o comércio internacional de certas substâncias químicas e pesticidas perigosos, só foi aprovada no Parlamento brasileiro em 2004. E a Convenção de Viena, sobre o direito dos tratados, assinada em 1969, só foi ratificada 40 anos depois, em 2009 — disse.

Já no Senado, explicou Luiz



Na CCJ, Taques (E) e Aloysio Nunes querem manter o papel da Câmara no rito

Henrique, tais processos são distribuídos somente à Comissão de Relações Exteriores (CRE) e incluídos na pauta do Plenário em, no máximo, 30 dias.

Intermediária

Taques prometeu apresentar, quarta-feira, uma solução intermediária a partir do parecer de Jorge Viana, do voto em separado de Roberto Requião (PMDB-PR) e de sugestão de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Requião dividiu o tipo de matéria tratado na PEC em três grupos, com ritos diferentes. No primeiro, ficariam os tratados e as convenções que geram encargos ao patrimônio nacio-

nal ou tratam de matéria comercial, a serem analisados por comissão externa do Congresso. Câmara e Senado manteriam o trâmite já adotado para análise de tratados e convenções sobre direitos humanos, reunidas no segundo grupo. No terceiro, ficariam os demais atos, acordos, convênios e tratados, que poderiam ser ratificados pelo presidente da República sem participação do Congresso, mas o Legislativo seria autorizado a sustar os efeitos.

Aloysio Nunes sugeriu ajuste na PEC 35/2011 para deixar expressa a possibilidade de o Poder Executivo solicitar urgência para a votação de projetos de ratificação de atos internacionais.

Crescimento da China dá bons exemplos ao Brasil, diz Casildo

Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre o crescimento industrial chinês pode oferecer “lições valiosas” ao setor industrial brasileiro, declarou ontem Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele disse que algumas estratégias da China, como o grande investimento em educação, deveriam ser copiadas pelo Brasil.

O senador relatou que a China ficou em primeiro lugar



no Programa Internacional de Avaliação de Alunos, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. O Brasil ocupa a 53ª posição em uma lista com 65 países.

O estudo aponta, segundo Casildo, que a concorrência com os chineses afeta uma em cada quatro empresas brasileiras e que 67% dos exportadores registram perdas de clientes externos para a China.

Requião aponta “influência funesta” de Thatcher no mundo

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que a ex-primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher (1925–2013), foi responsável pela desregulamentação do mercado financeiro e pelos conflitos das classes média e alta com os trabalhadores.

— Liberado até de freios éticos, o mercado engendrou toda a sorte de expedientes para aumentar os seus lucros.

O senador lembrou que



Thatcher cerceou a liberdade sindical e sufocou associações operárias, impondo privatizações, concessões e terceirizações.

— A influência funesta da Dama de Ferro espalhou-se mundo afora. A reação conservadora, com flertes explícitos com o fascismo, estava dada — disse.

Cristovam Buarque (PDT-DF) parabenizou Requião e disse que o neoliberalismo fez estragos em todo o mundo.

Fernando Pimentel deve debater comércio com a Argentina

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, será convidado a debater, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), a situação comercial entre Brasil e Argentina. O requerimento foi apresentado pelo presidente do colegiado, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele observou que, ao participar de debate na CRE na semana passada, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, apontou Pimentel como a melhor fonte de dados relacionados ao assunto. As exportações para o país vizinho teriam chegado a cair 20% no ano passado.



Ministro falará sobre a queda de 20% nas exportações em 2012

Aprovado acordo com a Alemanha na área de defesa

A Comissão de Relações Exteriores aprovou um acordo entre Brasil e Alemanha sobre cooperação em defesa, assinado em novembro de 2010. Além da política de defesa, as ações poderão envolver treinamento, operações militares, pesquisa e desenvolvimento, aquisição de produtos e serviços, além de apoio logístico.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 32/2013, já aprovado pela Câmara, segue agora para o Plenário do Senado. O acordo pode estender-se a compartilhamento de conhecimentos e experiências sobre prevenção de conflitos internacionais, entre outros temas.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

Agência Senado

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Colômbia e Azerbaijão receberão novos embaixadores brasileiros

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações de dois ministros do quadro diplomático do Ministério das Relações Exteriores para atuarem como embaixadores. Maria Elisa de Bittencourt Berenguer será a embaixadora brasileira na Colômbia e Santiago Luiz Bento Fernández Alcázar servirá como embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

As indicações, enviadas por mensagem presidencial, foram aprovadas por unanimidade. A decisão final será do Plenário.



Presidente da comissão, Ferraço conduz a sabatina com os dois indicados aos cargos

José Cruz/Agência Senado

País vizinho tornou-se referência em segurança pública

Maria Elisa, que servia em Israel, disse que a imprensa não destaca a realidade da Colômbia. Segundo a embaixadora, o país avançou muito, mesmo em meio ao narcotráfico, à guerrilha e a grupos paramilitares. Com 45 milhões de habitantes, a Colômbia é a quarta maior extensão territorial da América do Sul e o terceiro maior

produto interno bruto (PIB) da América Latina.

— As manchetes ocultam a solidez da Colômbia como uma sociedade forte e empreendedora — avaliou.

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) destacaram o sucesso da Colômbia na mobilidade urbana e na segurança pública,

tornando-se referência nessas áreas. Foi inspirado na capital colombiana, Bogotá, o modelo de política para pacificação das favelas do Rio de Janeiro, com a oferta de serviços públicos e de ações sociais e culturais junto à implantação de unidades de polícia pacificadora (UPPs). Atendendo sugestão de Jarbas, Maria Elisa se comprometeu a usar a embaixada como base

para recepção de autoridades, especialmente prefeitos, com a finalidade de conhecer melhor as políticas de mobilidade e segurança pública.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou a importância da implementação das ações de cooperação no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

No campo político, a diplomata destacou a participação do Brasil nos esforços de paz. Desde o segundo semestre de 2012, o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) negociam um acordo de paz.

Para ela, o momento é também propício para as relações econômicas, pois o comércio bilateral quase triplicou nos últimos anos, chegando a um estoque anual de US\$ 2,5 bilhões. Na avaliação dela, os dois países podem desenvolver projetos comuns visando à exploração benéfica de recursos do bioma amazônico.



Maria Elisa vê momento propício para intensificar relações entre os dois países



Azerbaijão tem potencial energético e conflitos étnicos

Depois de abrir, em 2008, a embaixada do Brasil em Burkina Faso, pequeno país da África com 17 milhões de habitantes e carente de recursos naturais, o embaixador Santiago Alcázar deverá exercer a função, agora, na República do Azerbaijão, na fronteira entre a Europa e a Ásia. A CRE aprovou ontem a indicação dele para o cargo.

A peculiaridade de ambos os postos diplomáticos, localizados em países distantes e estranhos à realidade brasileira, chamou a atenção dos senadores Ana Amélia (PP-RS) e Sodrê Santoro (PTB-RR) e levou o embaixador a falar um pouco da experiência e a traçar perspectivas para o desafio futuro.

— Uma das coisas importantes da diplomacia é permitir a criação de uma lente para entender realidades que não nos tocam diretamente. Se nós nos

fechamos e não sairmos para o mundo, nós não teremos uma compreensão do mundo mais sofisticada do que essa que nos toca diretamente — justificou.

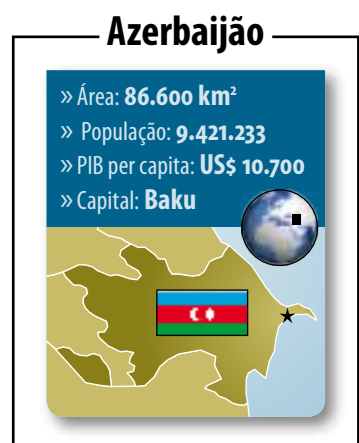
Pouco menor que Portugal, o Azerbaijão tem 9 milhões de habitantes e uma reserva de petróleo que rende a produção diária de 1 milhão de barris. O petróleo é a causa de um contencioso entre o

país e a ex-União Soviética. Há também conflitos étnicos na população, predominantemente de origem armênia.

Santiago Alcázar informou que o Azerbaijão tem um comércio pequeno com o Brasil. Ele acredita que aquele país poderá se tornar autossuficiente na produção de alimentos, já que dispõe de muitas terras cultiváveis. Ressaltou a política social,

que levou ao pleno emprego e reduziu o contingente que vive abaixo da linha de pobreza a 7% da população do país.

— O Brasil tem relações diplomáticas com o Azerbaijão desde 1993 e abriu a embaixada em 2009. São relações ainda muito incipientes. Não temos experiência de conviver com tantos conflitos em região tão pequena e com tão grande potencial energético — admitiu.



Fonte: IBGE Países e CIA World Factbook



Para Alcázar, a diplomacia ajuda o Brasil a entender realidades pouco familiares

Audiência debate revalidação de diploma estrangeiro

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) debate hoje o Projeto de Lei do Senado (PLS) 399/2011, que trata da revalidação e do reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica. A sociedade poderá participar do debate por meio do site e-Cidadania, no Portal do Senado na internet, ou pelo telefone 0800 612211. O projeto é de autoria de Roberto Requião (PMDB-PR) e a audiência pública foi solicitada por Ana Amélia (PP-RS).

Foram convidados para o debate, entre outros, Helena Bonciani Nader, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Jorge Almeida Guimarães, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); José Fernandes de Lima, do Conselho Nacional de Educação; e Karlos Celso de Mesquita, da Academia Nacional de Medicina.

Viana comemora ajuda a imigrantes ilegais no Acre

Jorge Viana (PT-AC) agradeceu ontem ao governo federal pela ajuda para o problema dos imigrantes ilegais



Alcineira Moritz/Agência Senado

no estado. Somente em Brasileira, na divisa com a Bolívia, 1.300 mil estrangeiros ilegais esperam a concessão de visto. A gravidade da situação fez com que o governo federal decidisse enviar ao estado uma equipe multisetorial para ajudar na regularização dos imigrantes.

O governo do estado chegou a decretar situação de emergência nos municípios de Brasileira e Epitaciolândia. Segundo Viana, a maioria é de haitianos, mas há imigrantes da República Dominicana, da Nigéria, do Senegal e de Bangladesh.

Para ele, embora o sentimento humanitário deva conduzir a atuação do Brasil, não se pode deixar que as quadrilhas de atravessadores ilegais continuem atuando.



Ronald Ferreira e Maria do Socorro, ao lado dos senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa, ouvem Odorico Monteiro (D)

Conselheiro de Saúde sugere retorno da CPMF

Comissão temporária que busca soluções para o financiamento do sistema ouve integrantes de conselho nacional, que reúne representantes de pacientes, profissionais do setor, prestadores de serviço e governo

A VOLTA DA Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi uma das sugestões feitas ontem por Ronald Ferreira, do Conselho Nacional de Saúde, durante audiência pública na comissão temporária que discute soluções para o financiamento da saúde pública. Ele argumentou que 80% da CPMF vinha do sistema financeiro e de grandes indústrias. Esses recursos, garantiu, “fazem muita falta ao Sistema Único de Saúde (SUS)”.

A comissão foi criada em março, por sugestão de Humberto Costa (PT-PE), e terá 90 dias para apresentar o relatório final. Ex-ministro da Saúde, Humberto tornou-se relator do colegiado, que tem cinco titulares e cinco suplentes. O senador disse que a intenção é concluir os trabalhos apresentando um projeto de lei.

Sobre a sugestão do conselheiro, Paulo Davim (PV-RN) disse acreditar que apenas a criação de fontes adicionais não vai resolver a falta de recursos, mas criticou quem não quer colaborar.

— As pessoas não se dispõem a contribuir para terem serviços de saúde, como fazem com TV por assinatura ou estacionamento — disse Davim.

Ferreira também sugeriu, como fontes de financiamento, taxação das grandes fortunas, destinação de 50% dos royalties do petróleo para o setor e ressarcimento dos serviços prestados pelo SUS aos planos de saúde privados.

Sistema complexo

O secretário de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, Odorico Monteiro, disse que os problemas da saúde pública

devem-se, principalmente, à complexidade do sistema brasileiro de atendimento universal, com descentralização política, administrativa e gerencial. Ele informou que o Brasil tem 5.595 operadores do sistema, formado pela União, 26 estados e 5.568 municípios.

Para a presidente do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza, é preciso observar as desigualdades regionais ao se pensar o financiamento da saúde. Ela disse que o assunto exige discussão de reforma tributária com distribuição de renda. E opinou que o sistema brasileiro não é inteiramente público, já que conta com a complementaridade de atendimento do setor privado: a sociedade arca com grande parte dos custos, pois precisa contratar planos de saúde e pagar por serviços que não são oferecidos pelo SUS.

Desigualdades regionais são empecilho

O secretário do Ministério de Saúde apontou como dificuldades as diferentes condições de atendimento. Alguns lugares estão plenamente equipados tecnologicamente, como a cidade de São Paulo. Mas muitos dependem da estrutura de saúde de outros estados ou municípios, o que sobrecarrega o sistema de quem acolhe a população vizinha.

— Este desenho interfederativo brasileiro coloca uma complexidade que tem implicações importantes no financiamento — disse Monteiro.



Pacientes aguardam atendimento no Hospital Regional da Asa Norte, em Brasília

Para Maria do Socorro, o Estado tem a responsabilidade de repartir riquezas com os cidadãos. Segundo ela, um dos problemas do financiamento da saúde deve-se ao contingenciamento de recursos e ao cancelamento dos restos a pagar.

Ferreira acrescentou que até

2013 foram cancelados R\$ 12 bilhões de restos a pagar. Ele disse também que, se a taxação das grandes fortunas fosse feita de forma adequada, 957 pessoas físicas contribuiriam com a saúde em R\$ 8 bilhões por ano. Para ele, a concentração de renda no país é escandalosa.

Adiada votação de regras para descarte de medicamentos

Projeto que estabelece regras mais estritas para o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário (PLS 148/2011) teve a votação adiada pela

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), pediu a retirada de pauta para reexame.

Pela proposta, que altera a

Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), o descarte deverá ser feito por fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes.

Meia-entrada na Copa é tema polêmico em estatuto

Apesar de a votação do Estatuto da Juventude ter sido confirmada para terça-feira, ainda há pontos sem consenso no texto (PLC 98/2011), que trata dos direitos das pessoas de 15 a 29 anos.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) deve questionar em Plenário a emenda de Wellington Dias (PT-PI), aceita pelo relator do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Paulo Paim (PT-RS), que excepcionou a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 da regra de meia-entrada para estudantes e jovens comprovadamente carentes.

Encarregado de emitir parecer pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Randolfe propõe uma nova emenda que suprime a de Wellington, avaliando que,

em um momento em que se busca a ampliação dos direitos dos jovens, não é aceitável um retrocesso para atender interesses meramente comerciais dos organizadores de eventos.

— É pelo exemplo que jovens e adolescentes buscam se iniciar nos esportes. A restrição à meia-entrada sinaliza que o estatuto pode vir a ser novamente relativizado no futuro para atender a interesses casuísticos — afirmou.

A proposta, na forma aprovada pela CAS, ainda assegura a estudantes com renda familiar de até dois salários mínimos, nas viagens interestaduais, a ocupação de dois assentos de forma gratuita e de mais dois com desconto de 50%, ponto que também pode ser tema de debate no Plenário.

Paim ressalta apoio de mais de 70 entidades

Paulo Paim chamou a atenção para a importância do Estatuto da Juventude para o país. O senador leu a íntegra da nota divulgada em apoio ao projeto assinada por mais de 70 entidades civis que destacam as qualidades e os avanços da norma. Se aprovado na terça-feira, o projeto voltará para análise da Câmara dos Deputados, por ter sofrido alterações no Senado.

Paim registrou estudo realizado pela Universidade de Brasília (UnB) e enviado ao



Paim também destaca estudo da UnB sobre aumento da obesidade

Ministério da Saúde sobre o crescimento da obesidade no país, inclusive a obesidade infantil, e as consequências para o sistema público de saúde, com o aumento de despesas. O senador destacou que o ministro Alexandre Padilha reagiu dizendo que este é o momento de o país agir.

Simon critica ações oficiais de combate ao crack

Em pronunciamento ontem, Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que as iniciativas oficiais para conter o avanço do crack são insuficientes, dada a velocidade com que cresce o consumo da substância no Brasil. O senador lamentou que as iniciativas do governo federal de combate às drogas deixem de fora as pequenas cidades, ressaltando que o crack já é encontrado nesses locais e não só nos grandes centros, como ocorre com drogas mais caras.

Simon chamou a atenção para o maior perigo do crack, que está na rapidez dos efeitos e na velocidade com que o vício se estabelece, o que o transforma, na avaliação do senador, na droga mais



Senador lamenta uso aberto da droga em praças nas cidades

prejudicial.

— Não há droga mais destrutiva do que o crack. Ela vicia de imediato! Ela mata! Dezoito por cento dos usuários de crack perdem a vida no período de um ano. A maioria dessas pessoas morre por algum motivo violento ligado ao consumo do crack — lamentou o senador, que apontou o cometimento de crimes por 60% dos usuários.